

São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

Temática(s): **ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL**

### RELATO DE EXPERIÊNCIA

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL:** alunos com deficiência visual na  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**MELO, E. S. F. de.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**BARBOSA, V.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**MELO, F. R. L. V. de.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**FURTADO, M. M. F. D.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**ARAÚJO, A. B.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**RIBEIRO, E. S. K.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**SANTOS, E. C.** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**Resumo:** O objetivo deste relato de experiência é divulgar o atendimento informacional prestado pelo Laboratório de Acessibilidade (LA) aos alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mostrar como esse serviço é oferecido aos discentes que precisam de materiais informacionais acessíveis para o acompanhamento das atividades acadêmicas. Apresentar dados estatísticos do LA sobre os serviços prestados e a contribuição dos mesmos para a permanência e alcance do êxito acadêmico do discente com deficiência visual na Instituição.

**Palavras-chave:** Acessibilidade informacional. Deficientes Visuais. Laboratório de Acessibilidade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

### 1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) vêm se preocupando, cada vez mais, com leis, políticas e ações que visam garantir o acesso e permanência de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico.

Quanto aos aspectos legais no Brasil, a Portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC) nº 3.284/2003 destinada às IES, trata especificamente do atendimento às pessoas com deficiência física e sensorial, determinando que para o credenciamento dessas instituições, devem ser tomados como itens de avaliação os requisitos de acessibilidade para essa população. (BRASIL, 2003). Sob essa perspectiva, a portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007 criou o “Programa Incluir: acessibilidade na educação superior”, que consiste em fomentar e implantar núcleos de acessibilidade dentro das instituições, para promoverem ações que garantam o acesso pleno às pessoas com deficiência ao iniciarem o curso até a sua conclusão. (BRASIL, 2007).

Acrescido do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) e o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no § 2º do art. 5º:

[...] VII – estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

[...] § 5º Os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. (BRASIL, 2011, p.12).

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

Para a pessoa com deficiência visual que consegue ingressar no ensino superior, as dificuldades surgem no enfrentamento da rotina de estudos, inerente a este nível de ensino bem como o referencial teórico sugerido para o acompanhamento das aulas. Assim, caso as barreiras iniciais não sejam ultrapassadas devido à inexistência e/ou a inadequada estrutura de serviços de apoio informacional, é muito provável ocorrer o desestímulo pela impossibilidade de acompanhar a turma, desistência de disciplinas e/ou comprometimento da conclusão do curso com a qualidade esperada.

Em contrapartida, a maioria dos acervos das bibliotecas não facilita o acesso a informação às pessoas cegas e/ou de baixa visão. Diante disso, Malheiros (2009) enfatiza a necessidade de novos serviços capazes de oferecer-lhes as mesmas condições de aprendizagem. Nesse sentido, as barreiras de comunicação interpessoal, escrita e virtual devem ser plenamente ultrapassadas. É evidente que as mesmas não podem ser concebidas haja vista a segregação ocasionada aos indivíduos seja por estruturas físicas, seja pela limitação de acesso aos conteúdos informacionais necessários à sua formação. (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006).

Diante dessas premissas, a disponibilização de material acadêmico para estudantes com deficiência visual pode proporcionar significativas mudanças no rendimento e participação em sala de aula, auxiliar na execução de tarefas, discussões e produção de conhecimento favorecendo-os, sobretudo, no processo de ensino-aprendizagem. Outro fator significativo volta-se para a autonomia direcionada ao estudo e a pesquisa ocasionando, inevitavelmente, o desenvolvimento intelectual dos mesmos, a influência quanto a capacidade de discernimento e aprendizado, tornando-os assim mais participativos, críticos e integrados à comunidade acadêmica.

Diante desse contexto, este trabalho traz como objetivo a explicitação de um relato de experiência sobre o Laboratório de Acessibilidade (LA) da

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) voltado a disponibilização de informação acessível aos alunos com deficiência visual. Para tanto, está estruturado em seções que apresentam uma breve discussão sobre o conceito deficiência visual, seguido de uma apresentação do LA e seus serviços; na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos, resultados e discussões; e finaliza com algumas considerações acerca da temática.

## 2 LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

O processo de disponibilização de conteúdos acadêmicos direcionados ao deficiente visual na UFRN está sendo realizado pelo LA, setor integrante da Divisão de Apoio ao Usuário (DAU) da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), em conformidade com o seu Regimento interno. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013). Para tanto, o LA trabalha seguindo as diretrizes administrativas da BCZM e técnico-financeiras da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) com o objetivo de garantir o direito às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) a acessibilidade à informação e a condições de acesso ao conteúdo didático necessário à sua formação acadêmica.

Nesse cenário, o LA tem como objetivo principal suprir as necessidades informacionais do discente com deficiência visual bem como promover ações voltadas à criação e disseminação de ferramentas de apoio à aprendizagem e inclusão acadêmica e social.

Quanto aos serviços, o LA oferece: digitalização de textos elaborados em conformidade a Lei 9.610 de Direitos Autorais; transcrição e impressão de materiais para o braille; conversão de textos para áudio em mp3; treinamento para utilização de *softwares* acessíveis; orientação à pesquisa bibliográfica e

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

digital; e agendamento de visita programada os quais atendem a uma demanda de alunos que precisam estudar, produzir conteúdos usados na sala de aula, trabalhos, leituras complementares, discussões e avaliações. Geralmente, estes materiais são: capítulos de livros, artigos de revistas, livros, *slides*, etc., fundamentais no que diz respeito à igualdade de oportunidades de acesso aos conteúdos informacionais. Porém, existem dois fatores imprescindíveis no sucesso desse serviço que é a conscientização dos docentes, no que se refere ao envio antecipado dos materiais informacionais trabalhados em sala de aula, como também a orientação na descrição de imagens, gráficos, fluxogramas entre outros, fundamentais na compreensão do conteúdo a ser estudado pelo aluno com deficiência visual.

Em relação à digitalização dos materiais informacionais, pode-se evidenciar que se configura em um trabalho minucioso que envolve algumas etapas, tais como: digitalização do material informacional, conversão de imagem textual para doc., correção das informações e revisão final.

Para a impressão em braille, as etapas são: transcrição do material, edição, revisão e impressão. Assim, faz-se necessário a compreensão das nuances que envolvem todo o processo voltado a integridade das informações bem como o conhecimento das técnicas capazes de tornar o material acessível associados à observação do perfil dos discentes atendidos e suas demandas voltadas ao tipo de material (impresso, digital ou áudio; o tipo de arquivo: .doc, PDF, MP3); tamanho de fonte e cumprimento do prazo de envio do material informacional para o discente.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi baseada em levantamento de dados estatísticos dos alunos com deficiência visual atendidos no LA, os quais

#### Promoção



#### Realização



#### Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

mostraram dados relevantes para o entendimento de como os serviços são oferecidos e da trajetória social e acadêmica de inclusão na UFRN.

A população analisada no estudo quantitativo refere-se a discentes cegos e com baixa visão caracterizando assim, o perfil do usuário, a partir dos seguintes pontos: total de alunos atendidos, condição do discente e formatos dos documentos **doc.**, tendo como referenciais os anos de 2011, 2012 e 2013.

#### 4 RESULTADOS

Os resultados apresentados nos Quadros 1, 2 e 3 revelam dados sobre a quantidade de alunos atendidos pelo LA nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Quanto à condição, considerou-se como pessoa com deficiência visual as que apresentam **cegueira** e **baixa visão**. Posteriormente, analisou o total de solicitações de materiais, seguido dos tipos de arquivos solicitados pelos alunos, de acordo com as variantes anteriormente citadas.

Alunos	2011	2012	2013
<b>Cegueira</b>	4	5	3
<b>Baixa Visão</b>	2	4	8
<b>Total</b>	8	9	11

Quadro 1 - Alunos atendidos  
Fonte: Os autores (2014).

Solicitações	2011	2012	2013
<b>Cegueira</b>	351	227	210
<b>Baixa Visão</b>	54	106	118
<b>Total</b>	405	333	338

Quadro 2 - Solicitações  
Fonte: Os autores (2014).

Aluno/Arquivo	2011	2012	2013
<b>Cegueira</b>			
Doc.	8.039	5.251	5.185

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

Braille	1.670	2.801	-
MP3	-	53	46
<b>Baixa Visão</b>			
Doc.	4.380	5.572	10.542
MP3	2	-	29

Quadro 3 - Tipo de arquivo  
Fonte: Os autores (2014).

## 5 DISCUSSÃO

Os dados apresentados evidenciam que o número de alunos cegos, bem como os de solicitações entre os anos de 2011 a 2013 é decrescente. Tal fato deve-se a conclusão de 02 (dois) discentes em 2012 e 2013. Em contrapartida, o número de alunos e solicitações, no mesmo período, para os estudantes com baixa visão, seguem de forma crescente a cada ano.

Diante desses dados, os resultados demonstraram que os alunos cegos utilizam mais formato **.doc** do que o formato braille. Em relação aos alunos com baixa visão também se constatou a preferência pelo formato **.doc**, e, apenas em alguns momentos, solicitam o MP3.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revela que, o sucesso acadêmico desses educandos depende não apenas do LA, mas, sobretudo, do envolvimento da comunidade universitária haja vista que as demandas informacionais dos alunos dependem de ações e práticas conjuntas que oportunizem respostas imediatas às necessidades de seus estudos. O processo de informação acessível representa apenas um dos muitos passos que ainda terão que ser trilhados. Assim, com a efetivação dessas ações, a Universidade exerce seu papel de instituição de ensino público, contribui para uma educação de

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

qualidade para todos e a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 24 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 24 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior". 2007. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa\\_incluir.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2012.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Deficiência visual**. 2012. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>. Acesso em: 6 maio 2012.

Promoção



Realização



Apoio e Organização



São Paulo, 28 a 30 de abril de 2014

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**. 2009. 94 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MULSER, José. **Tipos e causas de deficiência visual**. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldaoftalmologia.com.br/site/site2010/index.php?view>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>>. Acesso em 23 dez. 2010.

SILVEIRA, Vanessa Barbosa da. **O tangran no ensino da matemática**: um recurso facilitador no processo de ensino-aprendizagem na geometria para estudantes com deficiência visual. 2012. 71 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Biblioteca Central Zila Mamede. **Regimento Interno da Biblioteca Central Zila Mamede**. Natal, 2013.

Promoção



Realização



Apoio e Organização

